

O TRABALHADOR NÃO PODE PAGAR O PATO



2 As atividades da AEPET na defesa da Petrobrás como operadora única do pré-sal

3 BRICS: ameaça para quem?

4 O voto da AEPET na Assembleia dos Acionistas

6 Alternativas para lidar com o endividamento da Petrobrás



Entrevista com
Paulo César Ribeiro Lima:

8 “Não faz sentido realizar baixas contábeis na área de exploração e produção”

O grave momento político e econômico que o País atravessa impõe a discussão de saídas. Nesta edição, a AEPET reitera sua defesa da Petrobrás como operadora única do pré-sal, apresentando alternativas ao problema do endividamento, sem a necessidade da venda de ativos, garantindo à empresa seu papel fundamental e como empresa pública integrada de energia.

Editorial

O grave momento político e econômico que o País atravessa, que alguns classificam como “golpe branco” (expressão usada na historiografia e na ciência política para se referir a uma conspiração ou trama que tem por objetivo a mudança da liderança política – ou, em alguns casos, da ordem vigente – por meios parcial ou integralmente legais – https://pt.wikipedia.org/wiki/Golpe_branco), trará consequências danosas e duradouras para todos os brasileiros. O ataque frontal a históricos direitos trabalhistas ampliará ainda mais a precarização do trabalho, aprofundando as desigualdades sociais. O choque neoliberal que se avizinha também afetará diretamente a Petrobrás, se lhe for retirado o estratégico papel de operadora única do pré-sal, e se continuar – ampliando-se até, o processo de privatização já em curso.

A AEPET reafirma seu compromisso histórico de defesa da Petrobrás e do seu corpo técnico. Nesta edição, trazemos as propostas alternativas da Associação contra a venda de ativos. Uma análise acurada do Balanço de 2015. Também tornamos público o voto apresentado pela AEPET na Assembleia dos acionistas da Petrobrás.

Também apresentamos um balanço das atividades e iniciativas da AEPET para impedir a aprovação do projeto de lei que altera a Lei da Partilha.

Boa leitura.



As atividades da AEPET na defesa da Petrobrás como operadora única do pré-sal

Desde que o senador José Serra apresentou o projeto de lei 131, alterando a Lei da Partilha e retirando da Petrobrás o estratégico papel de operadora única do pré-sal, a AEPET tem se posicionado totalmente contrária e apresentando argumentos técnicos e políticos para demonstrar o papel estratégico da Petrobrás para garantir a soberania do Brasil sobre o pré-sal.

Em junho de 2015, a AEPET divulgou “As 14 principais razões em defesa da Petrobrás como operadora única do pré-sal”. Juntamente com outras entidades, como o Clube de Engenharia, Sindipetros e as federações de petroleiros, a Associação participou de debates e mobilizações. O vice-presidente Fernando Siqueira esteve diversas vezes no Senado Federal, apresentando os argumentos da Associação.

Em setembro de 2015, em conjunto com o Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro a AEPET organizou o seminário “Uma estratégia para o Brasil, um plano para a Petrobrás”.

Em março deste ano, a AEPET lançou um vídeo de 36

minutos, respondendo e desmontando os argumentos do senador José Serra. O vídeo já teve mais de 10 mil visualizações através do canal da Associação no You Tube. Paralelamente foi impressa uma cartilha com 34 páginas, contra os argumentos do senador e com as 14 razões defendidas pela AEPET (este material teve o apoio institucional dos núcleos regionais da Bahia, Sergipe/Alagoas, Norte Setentrional e do Sindipetro RJ).

No dia 28 de abril, o presidente Felipe Coutinho foi ouvi-

do pela Comissão Especial da Petrobrás e exploração do pré-sal, da Câmara dos Deputados, posicionando contra o projeto de lei 4567 (o projeto de Serra aprovado no Senado, com modificações). Cada um dos 513 deputados recebeu a cartilha e um “pen drive”, com a versão integral do vídeo produzido pela AEPET.

A defesa da participação máxima da Petrobrás no pré-sal pela AEPET também recebeu destaques tanto na mídia tradicional como mídia eletrônica. ☺



BRICS: ameaça para quem?

Rogério Lessa

Apesar de se tornar oficial em 2009, e da adesão da África do Sul somente em 2011, o BRICS, grupo formado pelos gigantes emergentes Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul funciona desde 2006 através da comunicação permanente entre seus respectivos ministérios de Relações Exteriores e da ação conjunta nos organismos multilaterais. Devido ao seu peso na economia internacional e das afinidades históricas de seus integrantes em prol da democratização das Relações Internacionais, é fácil concluir que o fortalecimento do grupo não interessa aos comandantes do capitalismo mundial, cada vez mais radicalizado em posições ultraliberais.

O grupo dos maiores países emergentes, que nas duas últimas décadas aumentou seu peso na economia mundial de 5,6% para 21,3%, articula, por exemplo, a criação de novos mecanismos de financiamento ao desenvolvimento através do Banco dos BRICS e o uso de moedas alternativas ao dólar, em detrimento da ideologia do “Estado mínimo” e do receituário recessivo imposto pelo Banco Mundial, FMI e outros, ameaçando a hegemonia monetária dos Estados Unidos.

Em sua palestra no seminário promovido ano passado pela AEPET “Uma estratégia para o Brasil, um plano para a Petrobrás - Aspectos estratégicos e geopolíticos que influenciam o Planejamento Estratégico e de Negócios da Petrobrás”, o professor de Relações Internacionais da UERJ Williams Gonçalves destacou outras questões realmente relevantes, além da estritamente financeira, que fazem do BRICS uma dor de cabeça permanente para a elite econômica mundial:

“Além da cooperação científica e



tecnológica, a proposta do grupo é a regionalização da segurança, em contraposição, por exemplo, ao status adquirido pelos Estados Unidos no Pós Guerra. É preciso acabar com a regra de que os EUA são a polícia do mundo, com direito de intervir onde bem entendem”. Gonçalves destaca que o Brasil deve priorizar a modernização de sua Marinha e o desenvolvimento dos submarinos nucleares, se quiser efetivamente defender as reservas de petróleo encontradas em seu mar territorial.

“A maior parte de nosso petróleo está em águas profundas. A Inglaterra faz o que quer nas Malvinas. Os franceses têm acesso à nossa região através da Guiana, enquanto os EUA restauraram a presença de sua Quarta Frota Naval. Significa que sua marinha nos acompanha de perto. O Brasil precisa estar atento e engajado com seus vizinhos numa política de cooperação contra esse controle externo.”

Apesar de o professor da UERJ reconhecer uma profunda divisão interna na frágil composição política do governo liderado pelo PT, também é fácil concluir o que acontecerá se a atual articulação das forças retrógradas e antidemocráticas conseguir seu atual intento de chegar ao poder

sem o voto da população brasileira. As especulações giram em torno, por exemplo, da nomeação do tucano José Serra (PSDB-SP) para o Ministério das Relações Exteriores. Incansável na luta para prejudicar a Petrobrás, Serra quer retirar da maior empresa do país, recordista de prêmios internacionais de tecnologia, o status de operadora única do pré-sal.

Também são lembrados para presidir a estatal, principal indutora do desenvolvimento brasileiro, os nomes do notório lobista Adriano Pires e do próprio presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Jorge Camargo. “Os telegramas publicados pelo WikiLeaks mostram que o cartel do petróleo atuou no Congresso contra a Lei de Partilha, e atua permanentemente. É o cartel formado pelo IBP, que já foi presidido pelo presidente da Repsol. Esse instituto não é brasileiro coisa nenhuma”, afirma Fernando Siqueira, vice-presidente da AEPET.

Siqueira mostra o quanto a questão dos BRICS está associada à geopolítica do petróleo, a começar pela queda artificial dos preços no mercado internacional. “Ao forçarem os preços para baixo, os EUA e Arábia Saudita querem atingir a Rússia, como fizeram no passado, ajudando a

derrocada da União Soviética”, argumenta, ponderando que, ao fragilizar a Rússia, a estratégia atinge também os BRICS. “Atingindo os BRICS, os EUA impedem o surgimento de uma nova moeda, alternativa ao dólar, e, por tabela, enfraquecem o Irã e a Venezuela, além da Petrobrás”.

Já Felipe Coutinho, presidente da AEPET, ressalta a vinculação entre petróleo e dólar, expressa nos chamados “petrodólares”. Segundo Coutinho, a hegemonia do dólar no comércio internacional do petróleo é uma construção histórica, de caráter geopolítico, fruto do poder econômico e militar dos Estados Unidos. “Em 1973, os EUA e a Arábia Saudita estabelecem o fundamento do novo padrão, o sistema dos petrodólares. Em troca de armas, apoio militar e diplomático, a ditadura teocrática de Riad se compromete a exportar o petróleo em troca exclusivamente de dólares. O modelo é seguido por outros exportadores e garante a procura internacional por dólares.”

Reforçando a opinião do presidente da AEPET, o economista Adriano Benayon, da Associação Desenvolvimentista Brasileira, avalia que o mais proveitoso a esperar dos BRICS seria o impulso para ampliar significativamente as operações comerciais e financeiras liquidadas nas moedas dos países membros, liberando-os gradativamente da dependência aos dólares e da dependência das fontes tradicionais de financiamento.

“Os acordos que instituíram o Banco Mundial e o FMI deram primazia ao dólar como moeda de reserva mundial, mas estabeleciam limite à tirania financeira anglo-americana. Entretanto, em agosto de 1971, os EUA romperam oficialmente os acordos de Bretton Woods, que já descumpriam na prática, desde, pelo menos, 1968, ao dificultar, a entrega do ouro”, resume Benayon. ☺

O voto da AEPET na Assembleia dos Acionistas

O vice-presidente da AEPET, Fernando Siqueira, foi o portador do voto da Associação na Assembleia Geral Ordinária da Petrobrás. No texto, que é reproduzido abaixo, a AEPET deixa clara sua posição contrária às principais atitudes da atual direção da Petrobrás, notadamente o balanço contábil de 2015, a insistência no processo de venda de ativos e na reestruturação gerencial. É claro que o voto do acionista minoritário perdeu. Mas a AEPET segue confiante na recuperação do papel da Petrobrás, como empresa nacional integrada de energia.

A AEPET, como acionista minoritária, não aprova as Demonstrações Contábeis de 2015 pelos seguintes motivos, entre outros: a Diretoria da Petrobrás realizou uma baixa contábil difícil de entender, pois o lucro bruto da Companhia foi de R\$ 98,5 bilhões; o EBITDA foi de R\$ 74 bilhões e o Lucro Líquido, R\$ 15 bilhões. Pois bem, com essa baixa contábil, de R\$ 49,75 bilhões, a Diretoria conseguiu gerar um rombo “virtual” na empresa de R\$ 34,84 bilhões, o maior da sua história! Nem o famigerado Mercado entendeu. O mais grave é que se deu a munição que os entreguistas (da grande mídia e do Congresso Nacional) precisavam para justificar a retirada da Petrobrás de operadora única e disponibilizar o pré-sal para o cartel internacional do petróleo.

Em recente palestra que fizemos em audiência pública na Câmara dos Deputados, o argumento dos entreguistas era recorrente: “A Petrobrás está quebrada. Como uma empresa com um rombo de R\$ 34,84 bilhões por ano pode desenvolver o pré-sal?” É importante lembrar que a maior petroleira do mundo, a Exxon, não fez baixa contábil por considerar que este preço atual do petróleo é temporário. Resulta de manobra dos EUA e Arábia Saudita de enfraquecer a Rússia e os BRICS – como fizeram com a União Soviética na década de 90.

Olhando a curva de variação dos preços do petróleo, desde a década de 1940, vemos que a tendência é de subida e não de queda desses preços. A

baixa contábil da Petrobrás foi maior em mais de 50% do que a da segunda colocada, a Shell, que teve perdas significativas e reais com o fracasso do seu petróleo não convencional.

A Petrobrás já descobriu mais de 60 bilhões de barris no pré-sal, dos quais ela detém mais de 40 bilhões, que somados à reserva do pós-sal superam 50 bilhões de barris. Além disso, se o fator de recuperação atingir o conseguido na Bacia de Campos, essa reserva duplica. Então, como explicar a redução das reservas para 13,2 bilhões?

O mais grave dessa baixa é o fato de que: se a Petrobrás não pagar dividendos aos acionistas, por três anos consecutivos, as ações preferenciais dela passam a ter direito a voto, ou seja, a gestão da Petrobrás passa para o controle da iniciativa privada até se reverter este quadro. Lembremos que a maioria desses acionistas preferenciais são estrangeiros, possíveis sócios das concorrentes da Petrobrás. É um risco muito alto para o País.

Além disso, essa baixa tende a esconder os graves prejuízos da venda

de ativos a preços irrisórios. Seria esta a estratégia? A quem interessa essa baixa contábil, inclusive tendo sido feita outra, maior ainda, em fevereiro de 2015? Seria uma nova manobra para facilitar a privatização/desnacionalização?

Os Acionistas brasileiros exigem uma explicação fundamentada, pois além de deixarem de receber dividendos, vêm com preocupação cerca de 80.000 empregados sérios, honestos e competentes deixarem de ser premiados com a merecida participação nos lucros, que proporcionaram à Companhia, além de terem-na levado ao prêmio máximo da indústria do petróleo pela terceira vez.

A baixa geológica dos campos de petróleo, como Papa Terra, foi amplamente compensada pela elevação de expectativa de outros campos, como por exemplo, os campos da cessão onerosa, para os quais era prevista uma reserva de 5 bilhões de barris equivalentes. Hoje esse volume recuperável pode chegar a 20 bilhões de barris, sendo que o excedente já está contratado com a Petrobrás sob con-

trato de partilha de produção. Também os campos de Lula, Sapinhoá e Jubarte tiveram suas expectativas iniciais grandemente elevadas.

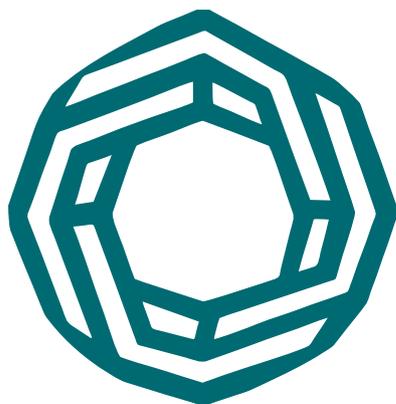
As normas contábeis internacionais do setor petróleo, nos parágrafos 120 a 124 do SFAS 19 (Statement of Financial Accounting Standard) dizem textualmente: “O valor contábil das reservas não poderá ser reajustado pela mudança de preços, *somente pela mudança na estimativa da quantidade de óleo e gás das reservas.*”

Portanto, o valor contábil dos campos citados e vários outros não poderiam ser reajustado para cima em função das reservas do pré-sal virem se mostrando muito superiores às estimativas iniciais?

Por outro lado, diz o Engenheiro de Reservatórios Paulo Cesar Ribeiro Lima, ex-Petrobrás e hoje competente Assessor Legislativo do Congresso Nacional, em seu excelente trabalho “Ativos, Resultados Financeiros e Balanço da Petrobrás de 2015”:

“Caso não houvesse o *impairment* o lucro de 2015 seria de cerca de R\$ 15 bilhões. A realidade: a Petrobrás apresenta uma excelente situação econômica e operacional com futuro altamente promissor devido aos altos volumes recuperáveis do pré-sal e ao grande parque de refino. O *impairment* mascarou essa realidade”.

Diz ainda: “apesar de apresentar o maior crescimento da produção entre as grandes petroleiras mundiais, de ter realizado as maiores descobertas, com o menor custo de extração; mesmo tendo em 2015 os preços dos derivados acima do mercado interna-



“O valor contábil das reservas não poderá ser reajustado pela mudança de preços, somente pela mudança na estimativa da quantidade de óleo e gás das reservas.”

cional, a Petrobrás foi a que apresentou, em 2015, o maior prejuízo contábil entre as grandes companhias de Petróleo. Uma empresa que gera um lucro bruto de R\$ 98,5 bilhões, tem um portfólio de produção superior a 50 bilhões de barris, extraordinária infraestrutura de refino, fertilizantes, gás, energia terminais e dutos, é o maior e mais rentável patrimônio do País. Não pode ter sua imagem fragilizada por uma manobra contábil tão estranha, que derruba a imagem da empresa perante a sociedade”.

Portanto, senhor presidente, a acionista minoritária Associação dos Engenheiros da Petrobrás, propõe uma drástica revisão na baixa contábil efetivada.

VENDA DE ATIVOS

A venda de ativos neste momento em que eles estão desvalorizados é um fato inaceitável. Ativos estratégicos como a distribuidora (que leva combustíveis aos confins do Brasil onde as outras nem cogitam), a Gaspetro e campos do pré-sal são invendáveis, até porque eles geram grande fluxo de caixa para a Petrobrás.

A AEPET já enviou sugestões de várias alternativas a essa venda de ativos, em carta a V.Sa. entre elas: tomada de um empréstimo ao Banco de Desenvolvimento dos Brics (a Índia e a China são grandes importadores, tendo grande interesse nisto) no valor de US\$ 30 bilhões; empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento da China, US\$ 20 bilhões; cobrança do Governo dos US\$ 20 bilhões pelas perdas que causou obrigando a Petrobrás a importar derivados e vender no mercado nacional por preços

inferiores inclusive, às distribuidoras suas concorrentes. Tais iniciativas levantariam US\$ 70 bilhões, um valor que representa 70% da dívida líquida da Petrobrás, podendo ser usados US\$ 20 bilhões para quitar a dívida de curto prazo e US\$ 50 bilhões para os investimentos de alto retorno, como os campos do pré-sal.

Dariam também para concluir as obras da Renest e do Comperj, que já têm instalações com 85% concluídos. Parar obras gera prejuízos da ordem de 50% a 100% dos projetos, pois a manutenção das obras já realizadas, a mobilização e desmobilização de equipamentos e equipes geram despesas elevadas. E nosso parque de refino precisa ser ampliado urgentemente para atender à demanda do País.

Outro ponto inaceitável é a venda de campos maduros do Nordeste e Norte do Espírito Santo. Esses campos são verdadeiros laboratórios para se desenvolver a tecnologia de recuperação secundária, a ser usada no pré-sal, além da sua alta importância social como geradores de empregos e desenvolvimento nessas regiões. Qual seria o retorno financeiro dessas vendas? Qual o impacto na redução da dívida da Companhia?

A AEPET propõe a suspensão das vendas de ativos.

REESTRUTURAÇÃO

A reestruturação da Companhia está requerendo mais visão estratégica e menos financeira. Um ponto importante é ter uma política de Recursos Humanos que volte a fazer com que os empregados sintam orgulho de trabalhar para a Companhia, como se tivessem trabalhando pelo engrandecimento do Brasil. Era assim que os empregados se sentiam no passado. Até desmontarem a política de RH.

Outro ponto fundamental: é preciso acabar com o EPCismo, contrato por pacote, em que uma obra é comandada em sua totalidade por uma empreiteira, que executa os projetos e, fornece os materiais e exe-

cuta a obra. Sem qualquer compromisso com segurança e operacionalidade das instalações. Esta modalidade, criada em 1995, sistematizou a corrupção e facilitou os pacoteiros a subcontratarem os seus concorrentes e “combinar” o preço das obras dos empreendimentos.

Outra preocupação é o exagero na redução de chefias. Sabemos que o ex-presidente Reichstul, visando obter o apoio dos gerentes para desnacionalizar a Companhia, mais que dobrou o valor da gratificação de chefia (a RG passou de R\$ 12.000 para R\$ 25.000, na época) e aumentou muito o número de cargos de gerentes e de consultores técnicos. Foi o início da “flexibilização” da consciência de alguns gerentes. Um gerente que ganhava R\$ 25.000 por mês passava para R\$ 6.000, se perdesse o cargo, ou seja, perdia $\frac{3}{4}$ do salário). Alguns desses gerentes passaram a trabalhar muito mais para o seu chefe imediato do que para a Petrobrás, que ficou com sua defesa altamente fragilizada. Daí a serem cooptados por certas empreiteiras e políticos foi um pequeno passo.

A Diretoria de Gás e Energia, na Gestão Graça Foster, também ampliou o quadro de gerentes, de forma excessiva. Portanto, é louvável um processo de redução de chefias, mas não se pode ser radical nessa redução a ponto de comprometer a governança da Companhia. No caso da Diretoria Financeira, por exemplo, foram reunidas as duas maiores áreas: Contabilidade e Tributária - que já eram grandes - numa única e passaram a formar uma megaestrutura, com quase 1300 empregados. Assim, 60% da Diretoria Financeira ficaram sob as ordens de uma única gerência executiva. Praticamente impossível de serem gerenciadas adequadamente, pois se criam gargalos, os procedimentos ficam centralizados, burocratizados e tornados muito mais lentos. Hoje, as grandes organizações prestigiam a área tributária diante da sua importância financeira para cada companhia.

Outro ponto importante, a rees-

truturação em andamento na companhia tem tido foco no curto prazo, em detrimento de seu planejamento estratégico. Deslocar, por exemplo, a Engenharia Básica de seu Centro de Pesquisas e Desenvolvimento, o Cenpes, para a área de empreendimentos, tirando o foco na inovação, no desenvolvimento, na otimização e na integração com a pesquisa e os órgãos operacionais é um desastre. Essa experiência, já foi testada no passado, e mostrou-se totalmente inadequada. Foi corrigida rapidamente. Para que insistir no erro? É importante lembrar ainda que os empreendimentos estão, hoje, sendo reduzidos drasticamente, em função dos cortes nos investimentos.

Foi com a forma atual que a Petrobrás conseguiu por três vezes o prêmio máximo da indústria do petróleo, levando ao mundo a competência dos brasileiros e gerando emprego e tecnologia para as empresas do País. O Cenpes, com os programas PRO-CAP - 1000, 2000 e 3000 antecipou-se às necessidades da Companhia para desenvolver tecnologia necessária à Exploração e Produção em águas profundas, na vanguarda de todas as petroleiras do mundo. Para que mexer num time que está ganhando de goleada? Qual a perspectiva dessa mudança?

O recente PIDV (Plano de Incentivo à Demissão Voluntária) proposto pela atual Direção é uma temeridade pela proposta de afastamento de até 12.000 empregados, não só os aposentáveis como no PIDV anterior, mas também os com qualquer tempo de Companhia. Qual o objetivo de tal Plano que, pela sua amplitude, pode desfalar a Companhia de valores profissionais vitais à sua sobrevivência e crescimento? Podem sair técnicos com alto conhecimento e/ou também alocados em funções estratégicas e difíceis de substituir em curto prazo. Qual a perda de tecnologia e dos investimentos em treinamento desse pessoal?

A AEPET propõe uma profunda revisão no processo de reestruturação. ☺

Alternativas para lidar com o endividamento da Petrobrás

Em correspondência enviada ao presidente da Petrobrás, Aldemir Bendine, que torna pública, a AEPET apresenta suas alternativas para solucionar o endividamento da empresa diante do desafio de seguir como operadora única do pré-sal.

A exemplo das demais empresas petrolíferas em todo o mundo, afetadas pela acentuada queda dos preços do petróleo a partir de agosto de 2014, a Petrobrás vem promovendo a redução de seus custos operacionais e efetuando cortes em seus investimentos e na projeção da produção de petróleo em 2020. A direção da Petrobrás informou, ainda, a necessidade da venda de ativos, para lidar com o endividamento, no atual cenário de preços e da cotação cambial. Foi estabelecida uma meta para essa alienação de ativos, no valor estimado de 57 bilhões de dólares, sendo 13,7 bilhões a serem alienados até o final de 2017. Esse desinvestimento total, que representa cerca de 35% do patrimônio da Companhia, teria por objetivo obter os recursos de caixa necessários para equacionar a dívida da Empresa, reduzindo-a a valores mais gerenciáveis.

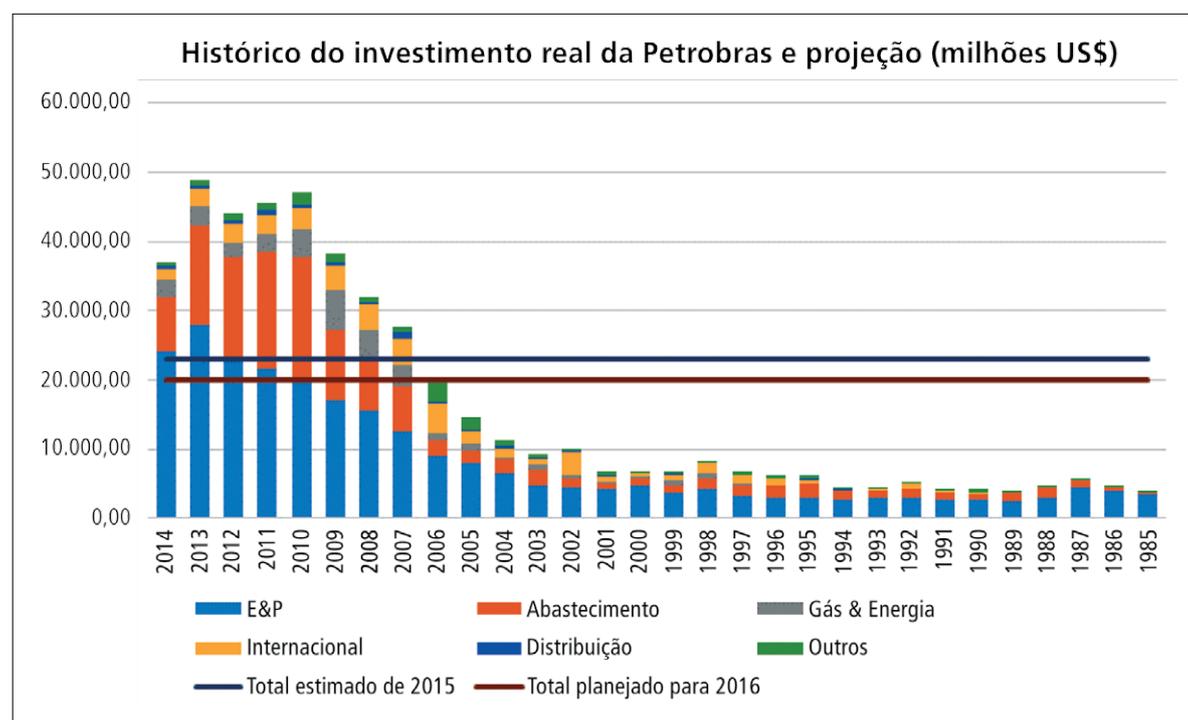
O investimento de 20 bilhões de dólares previsto para 2016 deve ser avaliado ponderada e relativamente. Em relação à média anual de 5,9 bilhões do período 1985-2003, é alto, já em relação aos 33,3 bilhões investidos, em média, entre 2004 e 2014, é baixo. No entanto, o mais importante é garantir nossa segurança energética e os investimentos necessários para atender ao mercado interno. Apenas para compensar a queda da produção dos campos maduros são necessários investimentos vultosos, estimados entre 13 e 18 bilhões de dólares anuais. O baixo preço do petróleo no mercado inter-

nacional sugere a análise da alternativa de alguma importação do produto no curto prazo, ao custo atual estimado de US\$1,5 bilhão/100 mil bpd/ano (US\$40/barril). Com essa estratégia, talvez seja possível reduzir uma parte relevante dos dispêndios previstos para compensar a queda da produção.

A AEPET vem realizando estudos sobre as possibilidades de equacionamento da dívida contraída pela

Petrobrás, de forma que a Empresa possa operar com maior tranquilidade financeira e retomar os seus investimentos, no menor prazo possível. As premissas adotadas foram (i) garantir os investimentos requeridos para o desenvolvimento e a segurança energética nacional, (ii) lidar com o endividamento na condição macroeconômica atual e (iii) preservar o patrimônio, a integração corporativa e o mercado da Petrobrás.

Este documento relaciona algumas linhas de ação que foram selecionadas a partir da análise feita pela Associação. Pretende-se que esse conjunto de ideias, não exaustivo, possa servir de pauta inicial para um trabalho conjunto com representantes da Companhia, visando definir as ações que se mostrem mais viáveis e mais vantajosas para a Petrobrás.



INVESTIMENTO ANUAL HISTÓRICO, PLANEJADO E ESTIMADO PARA SUSTENTAR A PRODUÇÃO ATUAL DA PETROBRAS (BILHÕES US\$)

Médio (1985-2003)	Médio (2004-2014)	Total estimado de 2015	Total planejado para 2016	Estimado para sustentar a produção atual
5,9	33,3	23,0	20,0	13,0 a 18,0

AÇÕES PARA REDUZIR O ENDIVIDAMENTO

1. Alienação de Ativos

Na avaliação da AEPET, a alienação de ativos deve ser seletiva e feita com a máxima cautela, para não comprometer o fluxo de caixa futuro e não afetar o grau de integração da Companhia e, também, para evitar riscos desnecessários decorrentes da variação dos preços relativos do petróleo e dos seus derivados. A conveniência, do ponto de vista estratégico, da entrega de parcelas do mercado interno aos seus competidores também deve ser avaliada, assim como a oportunidade da venda de certos ativos específicos, em face da queda dos preços do petróleo e dos ativos da indústria.

2. Conversão das dívidas com bancos públicos em capital na Petrobrás

São dívidas da ordem de 87 bilhões de reais entre a Petrobrás e bancos públicos. A conversão da dívida representa injeção de capital na estatal em troca de ações a serem

transferidas aos bancos públicos. Os investidores minoritários poderiam participar da capitalização para evitar a diluição do seu capital. A redução da dívida em termos absolutos e em relação à geração de caixa seria significativa.

3. Empréstimo no Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS

O banco foi criado para atender aos interesses estratégicos do desenvolvimento dos países emergentes, em oposição às tradicionais instituições de crédito. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e as agências de risco são subordinados aos interesses de grandes bancos e corporações sediados nos EUA e na Europa. No Banco dos BRICS a Petrobrás pode obter recursos com menor custo e substituir dívida cara e de curto prazo por mais barata com prazos mais longos.

4. Capitalização com recursos do Tesouro Nacional por meio do BNDES

O governo federal poderia utilizar parte de suas reservas, ou emitir no-

vas dívidas, para favorecer o BNDES. Assim o banco poderia contribuir para a solução das demandas financeiras da Petrobrás. Os objetivos são melhorar o perfil da dívida, a redução da exposição ao dólar e garantir a capacidade de investimento. Está em discussão no Senado o projeto de lei 560 de 2015, que detalha as operações entre o Tesouro, o BNDES e a Petrobrás.

5. Renegociação com os bancos credores para alongamento, redução do custo e “desdolarização” das dívidas

A renegociação de dívidas é prática comum e frequente no mundo dos negócios. A Petrobrás, com o apoio do governo federal, pode tentar melhorar o perfil da sua dívida junto aos credores privados nacionais e estrangeiros.

6. “Desdolarização” da dívida em articulação com os bancos públicos

É necessário reduzir a exposição ao dólar e assim diminuir o risco a variação cambial. A Petrobrás pode, em articulação com os bancos públicos, trocar dívidas em dólares por outras em reais, reduzindo a sua exposição à variação do câmbio.

7. Renegociar contratos de fornecimento de bens e serviços

Com a queda dos preços do petróleo, é natural que os contratos firmados em outra conjuntura macroeconômica sejam renegociados. A prática é comum na indústria e a Petrobrás deve perseverar no sentido de acordar condições contratuais condizentes com a nova realidade da indústria mundial.

8. Alongar investimentos não estratégicos ou menos rentáveis

Diante da nova conjuntura do preço do petróleo e da cotação do dólar é necessário rever a taxa de investimentos, preservando os projetos estratégicos para garantir a integração corporativa, a segurança energética e o abastecimento nacional. Empreendimentos menos rentáveis podem ter seus prazos alongados e assim diminuir a pressão sobre o fluxo de caixa no curto prazo.

9. Renegociação dos prazos de exploração, avaliação e de desenvolvimento da produção junto a Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis (ANP)

Diante da conjuntura do preço do petróleo e da cotação cambial depreciados, além da necessidade de reduzir seu nível de endividamento, a Petrobrás deve perseverar em gestões junto a ANP para a extensão dos prazos para conclusão de etapas exploratórias. A postergação dos prazos para a declaração de comercialidade de determinados projetos é estratégica para a Petrobrás alongar seus investimentos, e está em harmonia com o interesse nacional que conta com sua segurança energética garantida e precisa da recuperação da maior e mais estratégica companhia brasileira.



ENTREVISTA COM PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA:

“Não faz sentido realizar baixas contábeis na área de exploração e produção”

Paulo César Ribeiro Lima, ex-funcionário da Petrobrás, é assessor legislativo da Câmara dos Deputados. Com grande conhecimento do setor de Petróleo, publica constantes trabalhos que auxiliam os parlamentares na tomada de decisões. Nesta entrevista, ele apresenta suas análises sobre o balanço contábil da Petrobrás referente a 2015.



AEPET Notícias: Em seu balanço de 2015, a Petrobrás optou por registrar baixas contábeis expressivas, com forte impacto no resultado financeiro (prejuízo contábil de R\$ 34,8 bilhões), em um momento de instabilidade política, no qual a competência e a eficácia da empresa estão sendo questionados. Já o lucro operacional foi de R\$ 13,6 bilhões. A diretoria deveria ter optado por outros critérios para elaboração do balanço contábil?

Paulo César R. Lima: Sim. Para uma empresa que descobriu o Pré-Sal e que conta com volumes recuperáveis já descobertos da ordem de 40 bilhões de barris, não faz o menor sentido realizar baixas contábeis na área de Exploração e Produção. Eventuais reduções na produtividade e no volume recuperável de uma área foram mais que compensadas pela produtividade e volume de outras áreas. Se houve frustração de expectativas em Papa-Terrou, em Lula e Búzios os resultados são muito acima do esperado. Na área de abastecimento, as refinarias já amortizadas da Petrobrás apresentam um valor contábil muito abaixo do valor real. Dessa forma, não deveria ter havido uma redução dos ativos da empresa também nessa área.

AN: A depreciação do real e do petróleo são decorrentes da valorização do dólar em relação a todas as mercadorias e moedas e teve forte impacto nas finanças da Petrobrás. São consequências da política monetária do Banco Central americano (FED). Como a Petrobrás poderia ter evitado tamanha exposição a tais riscos?

Paulo César R. Lima: A exposição a endividamento em dólares deveria ter sido protegida por operações de “hedge” em proporção ainda maior que a realizada. Além disso, pode haver, nos próximos anos, uma reversão parcial desse quadro. Dessa forma, o efeito pode ser mais contábil que financeiro.

AN: A atual diretoria está equacionando o problema do endividamento?

Paulo César R. Lima: A questão do endividamento pode ser equacionada de várias maneiras, entre as quais:

- fazer parceria com a União para viabilizar investimentos no Pré-Sal;
- passar por um processo de capitalização;
- buscar parceiros nacionais ou internacionais para dividir os investimentos;
- vender ativos, mas sem perder o controle acionário; e
- vender ativos com perda do controle acionário.

A atual diretoria optou pelas piores alternativas que são a venda de ativos. Essas alternativas são as piores em qualquer cenário, mas em um cenário de preços baixos essa alternativa é desastrosa. A venda de ativos vai desintegrar a empresa. A Petrobrás não deve sair de áreas como transporte, fertilizantes, petroquímica, energias alternativas etc. Penso que a melhor opção é buscar uma parceria com a União e, eventualmente, com empresas nacionais e internacionais.

AN: Com o prejuízo contábil a Companhia evitou desembolso significativo com dividendos, participação nos lucros aos empregados e impostos sobre lucros. Isto foi importante para aliviar o caixa? Justifica a baixa contábil?

Paulo César R. Lima: Se a Petrobrás não apresentasse lucro, já haveria um alívio no caixa. Mas nada justifica a empresa contabilizar o maior prejuízo de sua história. Ainda mais no ano de 2015, no qual o lucro operacional bruto da empresa foi de R\$ 98,5 bilhões.

AN: O montante total das reservas de petróleo foi adequadamente quantificado nos ativos da Petrobrás?

Paulo César R. Lima: As reservas não podem ser lançadas no ativo da Petrobrás. O que a empresa faz é, para as várias unidades geradoras de caixa, estimar um valor presente líquido – VPL dos projetos. O VPL depende muito das receitas futuras que são influenciadas pelo valor do barril e da taxa de câmbio. Na verdade ninguém sabe qual será o valor médio do barril ao longo das próximas décadas. Admitindo-se um valor da ordem de US\$ 60 por bar-

ril, o VPL dos projetos de Exploração e Produção da Petrobrás é da ordem de R\$ 1 trilhão. Esse valor é muito maior que o patrimônio líquido contábil da empresa de R\$ 257,93 bilhões. Dessa forma, o ativo da Petrobrás está subestimado.

AN: Algumas obras já avançadas foram contabilizadas como nulas por estarem paralisadas, como o Comperj, cujos trabalhos já estão 84% concluídos. Foi correta esta forma de registro?

Paulo César R. Lima: Algumas obras, como o Comperj, foram adiadas ou suspensas. Esse adiamento gerou uma redução do VPL, em razão do atraso de receitas, e uma nova baixa contábil. Essa forma de registro seria razoável desde que houvesse uma reavaliação dos outros ativos, como, por exemplo, a Refinaria de Paulínia – Replan. O que não se justifica é realizar avaliações contábeis seletivas. Se o conjunto do parque refinador da Petrobrás for reavaliado, deve-se chegar à conclusão que a área de Abastecimento, assim como a área de Exploração e Produção, apresenta ativos subavaliados.

AN: Como avalia a contabilização de ativos depreciados e a possibilidade de venda neste momento de desvalorização?

Paulo César R. Lima: A venda de ativos nesse momento é um desastre. Essa venda pode ser evitada por parceria com a União ou por uma capitalização. Como já mencionado, essas opções são muito melhores que a venda de ativos. A atual diretoria escolheu o caminho errado.

AN: Em comparação ao desempenho de outras petroleiras, como ficou o resultado da Petrobrás?

Paulo César R. Lima: Em relação às outras petroleiras, o resultado operacional da Petrobrás foi extraordinário, uma vez que houve aumento do lucro bruto. As outras petroleiras apresentaram grande redução do lucro bruto no ano de 2015. O que comprometeu o resultado da Petrobrás foi a depreciação do real frente ao dólar e a realização de baixas contábeis. A de-

preciação é uma variável fora do controle da Petrobrás, mas as baixas contábeis são decisões discricionárias. A ExxonMobil, por exemplo, não realizou nenhuma baixa contábil. Outras petroleiras efetivaram baixas contábeis, mas, mesmo assim, apresentaram lucro. Se a Petrobrás não tivesse realizado baixas contábeis, teria havido um lucro líquido próximo de R\$ 15 bilhões. Esse resultado estaria em linha ou mesmo acima do resultado de outras petroleiras.

AN: As consultorias internacionais contratadas para auditar os balanços da Petrobrás sempre aprovaram suas contas sem restrições. A partir das revelações da operação Lava Jato a postura das consultorias mudou radicalmente. Como você avalia o papel e os interesses das consultorias no balanço contábil de 2015?

Paulo César R. Lima: Para quem está de fora, é difícil avaliar como tem sido o relacionamento da Petrobrás com as empresas de auditoria. Minha visão é de que a atual diretoria tomou decisões equivocadas independentemente da posição dos auditores externos. No entanto, essa é uma visão de quem está de fora. De qualquer maneira, penso que reservas estratégicas como as do Pré-Sal não deveriam estar sujeitas a visões de auditores externos; também não deveriam estar vinculadas a mercado de ações.

AN: O senhor afirma que o contrato de cessão onerosa estabeleceu um volume recuperável muito abaixo do volume mais provável. Qual o impacto disto nos ativos da Companhia, registrados no balanço de 2015? E as consequências futuras?

Paulo César R. Lima: Os volumes recuperáveis das áreas da cessão onerosa podem atingir 20 bilhões de barris. Esses volumes vão gerar elevadas receitas para a Petrobrás, mas vão demandar altos custos de capital. Dessa forma, penso que a melhor opção para o desenvolvimento de todo potencial seria uma parceria com o Estado brasileiro. ☺